



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO - 2022

Senhores Acionistas,

A administração da Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório de Administração, com uma visão geral das principais atividades desenvolvidas no exercício de 2022, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com os princípios e normas contábeis aceitos no Brasil, adotando as modificações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009, que atendem aos padrões internacionais.

A COMPANHIA

Maior prestadora de serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto do Estado do Pará. Dos 144 (cento e quarenta e quatro) municípios do Estado do Pará, atuamos em 52 (cinquenta e dois) municípios e 09 (nove) vilas, com os Serviços de Saneamento Básico, nas vertentes de abastecimento de água e esgotamento sanitário, com ABRANGENCIA de 51,10% do total da população urbana do Estado, estimada em 6.202.650 hab.

Considerando o total de municípios em que a COSANPA atua, constata-se que: (i) o índice de COBERTURA (habitantes com redes passando na porta) é de 81,56% para Rede de Água e 17,63% para os Serviços de Esgoto; (ii) em relação à população ATENDIDA (habitantes ligados às redes), o índice de atendimento com Abastecimento de Água é de 75,36% e com os serviços de Esgotamento Sanitário é de 12,89%.

Os índices acima descritos indicam que a população com cobertura de água é de 3.127.806 hab. e a população atendida de água é de 2.365.271; ao passo que a população com cobertura de esgoto é de 417.007 hab. e a população atendida é de 304.932 hab.

O investimento em saneamento básico, sobretudo nas modalidades de Água e Esgoto, é uma necessidade imposta pelo Marco Legal do Saneamento Básico e está apontada em diagnósticos do Estado do Pará, como estratégia de governo, que constitui uma ação importante no combate à pobreza, às desigualdades sociais, à prevenção de doenças e à preservação do meio ambiente.

Destacamos os principais indicadores da Companhia conforme abaixo:

INDICADORES	2022
Índice de Cobertura Água (%) *	81,56
Índice de Atendimento Água (%)	75,62
Índice de Cobertura Esgoto (%)	17,63
Índice de Atendimento Esgoto (%)	12,89
Índice de Hidrometração (%)	38,00
Índice de Vol. Micro medido (%)	29,55
Índice de Eficiência de Arrecadação (%)	79,64

* Referente aos 52 municípios atendidos pela Companhia

CONTROLE ACIONÁRIO

A Cosanpa é uma Sociedade de Economia Mista, com o controle acionário exercido pelo Estado do Pará, órgão integrante da Administração Indireta, onde o acionista majoritário é o Governo do Estado do Pará. A regulamentação atual estabelece que o Estado do Pará deve possuir no mínimo 51% das ações com direito a voto da COSANPA. Atualmente o Estado do Pará detém 99,98% das ações, assim discriminadas: 95,91% ações ordinárias e 4,09% ações preferenciais.

EXPANSÃO E TECNOLOGIA

A necessidade de se investir em saneamento básico, sobretudo nas modalidades de Água e Esgoto, está apontada em diagnósticos do Estado do Pará, como estratégia de governo, que constitui uma ação importante no combate à pobreza, às desigualdades sociais, à prevenção de doenças e a preservação do meio ambiente.

Atualmente, o Estado do Pará tem percentual de 44,25% da população atendida com abastecimento de água e 7,98% da população atendida com esgotamento sanitário, segundo dados do SNIS 2022. Nesse contexto, e com o Novo Marco do Saneamento Básico, há necessidade de investimento em obras de abastecimento de água e esgotamento sanitário. É de extrema importância atuar para melhorar esses indicadores e para assegurar a universalização disposta na Lei nº 12.026/2020, que estabelece metas de atendimento de 99% da população com água potável e 90% com coleta e tratamento de esgotos, até 2033, mas principalmente beneficiar a sociedade, que é a usuária desses serviços, o que mostra o enorme desafio para a Administração.

PROJETOS E OBRAS CONCLUÍDAS

ANANINDEUA: elaboração de projeto de ampliação e melhorias do sistema de abastecimento de água do Centro de Reservação Ananindeua Centro, adjacências e do setor Águas Lindas.

População beneficiada: 65.822 habitantes. Fonte de Recursos: PAC 2 - OGU. Valor: R\$ 2.18 milhões

CASTANHAL: ampliação e melhorias dos sistemas de abastecimento de água dos setores Jaderlândia e COHAB.

População beneficiada: 37.655 hab. Fonte de Recursos: PAC 2 (FGTS/GEP). Valor: R\$ 43,08 milhões).

FARO: ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água

Percentual executado: 89,97%. Ligações executadas: 200 unidades. População atendida: 1.000 habitantes. Valor: R\$ 1,11 Milhões. Fonte de Recursos: GEP.

PROJETOS E OBRAS EM ANDAMENTO

BELÉM (Complexo Bolonha): sistema de abastecimento de água - 2ª fase

Percentual executado: 64,65%. População atendida: 2.824.395 habitantes (fim de plano). Descrição: melhoria nas etapas de tratamento, UTR, adequação da elevatória, subestação de 9Kva.

Previsão de entrega: Out/2023. Valor: R\$ 95,01 milhões. Recursos: FGTS/GEP.

CASTANHAL: sistema de abastecimento de água

Percentual executado: 77,27% - PAC I / 91,65% - PAC II. População atendida: 244.385 habitantes (fim de plano). Descrição: captação superficial, ETA, REL, RAP, elevatória, rede, ligações, automação. Previsão de entrega: Setor Estrela: mar/2023; Setor Comad. Assis/Usina: jun/23; Santa Catarina: jun/23; Imperador: dez/23. Valor: R\$ 140,17 milhões. Recursos: FGTS/GEP.

ALENQUER: ampliação do sistema de abastecimento de água

Percentual executado: 26,07%. Ligações previstas: 802 unidades. População atendida: 28.610 habitantes (fim de plano). Descrição: adutora de água tratada, elevatória, recuperação do RAP e REL, instalações elétricas e automação. Previsão de entrega: Maio/2024. Valor: 61,42 milhões. Recursos: FGTS/GEP

BELÉM: elaboração de projeto de ampliação e melhorias do sistema de esgotamento sanitário da 2ª etapa da ETE Una.

Percentual executado 89,09%. Valor: 61,42 milhões. Recursos: FGTS/GEP. Previsão de entrega: Março/2023. Fonte de Recursos: OGU/GEP

ANANINDEUA (Águas Lindas): ampliação do sistema de abastecimento de água

Percentual executado: 66,47%. Ligações previstas: 4.154 unidades. População atendida: 47.688 habitantes (fim de plano). Descrição: poço profundo, ETA, REL, RAP, elevatória, rede, ligações, automação. Previsão de entrega: Jun/2023. Valor: R\$ 21 milhões. Fonte de Recursos: OGU/GEP.

BELÉM (ETE Una): ampliação do sistema de esgotamento sanitário

Percentual executado: 77,90%. População atendida: 87.500 habitantes (fim de plano). Descrição: elevatória, UASB, floculador, flotaador, desinfecção, automação e operação assistida. Previsão de entrega: Out/2023. Valor: R\$ 131,14 milhões. Fonte: FGTS/GEP

BREVES: ampliação do sistema de abastecimento de água

Percentual executado: 71,33%. Ligações previstas: 1.693 unidades. População atendida: 52.072 habitantes (fim de plano).

Descrição: Trapiche, AAB, ETA, AAT, RAP, REL e rede. Obra paralisada, em elaboração de processo para nova licitação. Valor: R\$ 39,77 milhões

Fonte de Recursos: OGU/GEP.

SOURE: ampliação e melhorias do sistema de abastecimento de água

Percentual Executado: 96,62%. Descrição: captação por sistema de vácuo, rede de distribuição, revitalização do sistema existente (RAP, elevatória e subestação elétrica). Previsão de entrega: Maio/2023. Valor: R\$ 747 mil. Fonte de Recursos: GEP

MONTE ALEGRE: ampliação do sistema de abastecimento de água

Percentual Executado: 98,25% (PAC I) e 91,24% (PAC II). População atendida: 26.053 habitantes (fim de plano). Descrição: sistema a vácuo, rede de distribuição, 3.800 ligações domiciliares, automação. Previsão de entrega: Dezembro/2023. Valor: R\$ 13,89 milhões - PAC II / R\$ 12,81 milhões (PAC I). Fonte de Recursos: OGU/GEP.

ORIXIMINÁ: ampliação do sistema de abastecimento de água

Percentual Executado: 29,54% (PAC I) e 24,47% (PAC II) - o percentual diminuiu em função da nova licitação ocorrida em junho/22. Ligações previstas: 4.512 unidades. População atendida: 53.230 habitantes (fim de plano). Descrição: captação superficial, ETA, REL, RAP, rede de distribuição, ligações domiciliares, automação. Previsão de entrega: Jun/2024. Valor: R\$ 66,44 milhões. Fonte de Recursos: OGU/GEP.



SANTARÉM: ampliação do sistema de abastecimento de água

Percentual executado: 45,68%. Ligações previstas: 18.677 unidades. População atendida: 220.321 habitantes (fim de plano). Descrição: captação por poços, adução, rede de distribuição, REL, RAP, ligações domiciliares, tratamento (casas de química), automação. Obra Paralisada, em elaboração de processo para nova licitação. Valor: R\$ 181,25 milhões. Recursos: OGU/GEP.

SANTARÉM (Alter do Chão): implantação do sistema de abast. de água

Percentual Executado: 57,52%. Ligações previstas: 2.130 unidades. População atendida: 9.765 habitantes. Descrição: captação por poço profundo, rede de distribuição, ligações domiciliares, RAP, REL, elevatória, subestação e automação.

Previsão de Entrega: nov/2023. Valor: R\$ 16,17 milhões. Fonte de Recursos: OGU/GEP.

SANTARÉM (Setor Alvorada): ampliação do sistema de abastecimento de água

Percentual Executado: 87,27%. Ligações previstas: 1.000 unidades. Descrição: rede de distribuição e ligações domiciliares.

Previsão de entrega: agosto/2023. Valor: R\$ 4,86 milhões. Fonte de Recursos: GEP.

BELÉM: manejo de macrófitas dos lagos Bolonha e Água Preta

Manutenção de contenção de macrófitas no lago Bolonha, retirada de macrófitas de 20 ha de lâmina d'água do lago Bolonha, manutenção de 19,734 ha de lâmina d'água sem macrófitas no Lago Bolonha, retirada de 5 ha de macrófitas do lago Água Preta, manutenção de 1.200 m² de lâmina d'água próximo ao canal de ligação entre os lagos na estrada Moça Bonita sem macrófitas e no Lago Água Preta.

Valor: R\$ 9,13 milhões. Percentual executado: 64,21%. Previsão de entrega: out/2023. Fonte de Recursos: GEP.

UISEU: melhoria do sistema de abastecimento de água

Percentual Executado: 61,94%. Descrição: captação por poço tubulares, adução, torres de carga e cisterna. Obra paralisada, em elaboração de processo para nova licitação. Valor: R\$ 5,34 milhões. Fonte de Recursos: GEP

BELÉM: elaboração de projeto para melhoria do sistema de abastecimento de água da zona de expansão

Percentual executado: 2,34% (projeto paralisado). Previsão de entrega: a definir. Valor: R\$ 4,64 milhões. Fonte de Recursos: GEP.

BELÉM: realização de estudos hidrogeológicos e geofísicos para execução de poços no bairro Eduardo Angelim

Percentual executado: 86,98%. Previsão de entrega: mar/23. Valor: R\$ 1,73 milhões. Fonte de Recursos: GEP.

BELÉM: execução de 13 poços tubulares rasos e recuperação de 32 poços profundo no Setor UNAM

Percentual executado: 77,32%. Previsão de entrega: Jan/24. Valor: R\$ 11,18 milhões. Fonte de Recursos: GEP

SALINOPOLIS: realização de estudos hidrogeológicos e geofísicos para execução de poços artesianos

Percentual executado: 56,20%. Previsão de entrega: out/2023. Valor: R\$ 2,0 milhões. Fonte de Recursos: GEP.

SANTA MARIA DAS BARREIRAS: realização de estudos hidrogeológicos e geofísicos para execução de poços artesianos

Percentual Executado: 65,71%. Previsão de entrega: abril/2023. Valor: R\$ 1,08 milhões. Fonte de Recursos: GEP.

SANTARÉM: realização de estudos hidrogeológicos e geofísicos para execução de poços artesianos

Percentual executado: 56,20%. Previsão de entrega: jun/2023. Valor: R\$ 2,0 milhões. Fonte de Recursos: GEP

PROJETO DE RECUPERAÇÃO E CONTROLE DE PERDAS

A COSANPA apontou um déficit quanto à eficiência dos sistemas em operação nas UN-SUL e UN-NORTE, localizadas na Região Metropolitana de Belém - RMB. Observamos que as referidas unidades reúnem os números mais expressivos de todos os SAA's da RMB, responsáveis por cerca de 62% da extensão de redes, bem como por cerca de 59% das ligações totais de água. O Projeto de Recuperação e Controle de Perdas objetiva a melhoria da eficiência e aumento da capacidade de abastecimento de água da RMB, que beneficiarão os bairros: Barreiro, Batista Campos, Campinas, Canudos, Castanheira, Cidade Velha, Comércio, Condor, Cremação, Fátima, Jurunas, Manguelirão, Maracangalha, Marambaia, Marco, Miramar, Nazaré, Pedreira, Reduto, Sacramento, São Brás, Telégrafo, Terra Firme, Umarizal, Universitário, Val-de-Cans. Estima-se que o empreendimento atenderá 1.000.000 de habitantes até o ano de 2038, que se dará através da redução e controle de perdas reais (vazamentos visíveis e ocultos) e perdas aparentes (irregularidades e sub-medições).

PROGRAMAS DE INVESTIMENTOS SELESAN (AVANÇAR CIDADES) e PAC II NOVAS SELEÇÕES

BELÉM: ampliação do sistema de abastecimento de água - 3º setor

População beneficiada: 75.460 habitantes. Percentual executado: 8,08%. Descrição: adutora de água tratada, recuperação do RAP, EAT e área geral, instalações elétricas e automação. Previsão de entrega: jun/2024. Valor: R\$ 26,62 milhões. Fonte: FGTS/GEP.

BELÉM: ampliação do sistema de abastecimento de água - 10º setor

População Beneficiada: 74.120 habitantes. Percentual executado: 14,87%. Descrição: captação através de 02 poços tubulares, ETA, adutoras de água bruta, EAT, recuperação do RAP e REL, tanque de contato, casas de química e cloração, urbanização, instalações elétricas e automação. Previsão de entrega: jun/2024. Valor: R\$ 27,49 milhões. Fonte: FGTS/GEP.

SANTARÉM (Alter do Chão): implantação do sistema de esgotamento sanitário

População beneficiada: 14.510 habitantes. Percentual executado: 0,79%. Descrição: 03 elevatórias, ETE, emissário, redes coletoras (27,6km), ligações intradomiciliares (1.035 unidades), instalações elétricas e automação.

Previsão de entrega: jun/2024. Valor: R\$ 51,61 milhões. Fonte: FGTS/GEP.

BELÉM (Mosqueiro): elaboração de estudo e projetos básico de ampliação do sistema de abastecimento de água

População beneficiada: 15.072 habitantes. Percentual executado: 15,02%. Previsão de entrega: fev/2024. Valor: R\$ 1,48 milhões. Fonte: FGTS/GEP.

BELÉM (Mosqueiro): elaboração de estudo e projetos básico de ampliação do sistema de esgotamento sanitário

População beneficiada: 27.760 habitantes. Percentual executado: 17,57%. Previsão de entrega: fev/2024. Valor: R\$ 1,08 milhões. Fonte: FGTS/GEP.

MARABÁ: AMPLIAÇÃO do sistema de esgotamento sanitário das bacias F e G2 (PAC II)

Obra não iniciada aguardando liberação da Autorização do Início do Objeto pelo Ministério das Cidades para realização de nova licitação. Fonte: OGU/GEP.**

OBRAS EM CAPTAÇÃO DE RECURSOS - CARTA CONSULTA NDB AMPLIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Reforma e ampliação dos setores de abastecimento da UN-SUL, UN-AM, UN-BR (zona de expansão) – projetos em fase de elaboração, necessidade de atualização orçamentária.

Implantação da Adutora João Paulo II (Zona de Expansão) – Projetos concluídos;

Implantação da Adutora Augusto Montenegro (Zona de Expansão) – Projetos concluídos, necessidade de atualização orçamentária;

Reforma e Ampliação de Setores de Abastecimento da UN-SUL e UN-NORTE (Zona Central) – Projetos em fase de elaboração;

Reforma e Ampliação de Setores de Abastecimento da UN-SUL E UN-Norte (Zona Central) - Projeto de Redução de Perdas – Necessidade de definição do escopo;

Implantação de Sistema de Coleta e Tratamento de Esgoto Sub Bacias Esgotamento Be5.1-1 E 5.1-2: Preservação de Mananciais da Região Metropolitana de Belém - Lagos Água Preta E Bolonha – Projetos Concluídos, necessidade de atualização orçamentária; Valor: US\$ 125.00 milhões.

OBSERVAÇÕES:

- 1- Contrato de Financiamento assinado em dezembro/2022.
- 2- Condicionantes a serem cumpridas para realização do 1º desembolso: criação do Grupo de Trabalho (UGP); assinatura do termo de transferência dos recursos entre SEPLAD e COSANPA; elaboração do Relatório de Operação dos Processos.
- 3- Prazo para cumprir as condicionantes: 06 meses a contar da assinatura do Contrato de Financiamento.

INVESTIMENTOS REALIZADOS NOS EXERCÍCIOS DE 2019 A 2022

Nesse conjunto de obras e projetos, a COSANPA realizou investimentos através de contratos /convênios de financiamento firmados com a CAIXA e contrapartida do Governo do Estado, na ordem de R\$ 539.360.027,24 (quinhentos e trinta e nove milhões, trezentos e sessenta mil, vinte e sete reais e vinte e quatro centavos), no quadriênio de 2019 a 2022. Destacamos que, desse montante, R\$ 124.518.800,82 referem-se ao exercício de 2022, contemplando os municípios de Belém, Ananindeua (Região Guajará); Castanhal, Salinópolis, Uiseu (Região Guamá); Marabá, Santa Maria das Barreiras (Região Carajás); Alenquer, Faro, Santarém, Oriximiná, Monte Alegre (Região do Baixo Amazonas); Tailândia (Região do Tocantins) e Breves, Soure, Salvaterra, Cachoeira do Arari e Ponta de Pedras (Região do

Marajó), conforme abaixo:

Fonte	2019	2020	2021	2022
GEP	63.767.720,57	95.512.798,82	83.538.424,29	92.711.692,23
OGU	15.729.726,67	19.500.799,16	12.805.569,68	6.587.516,92
FGTS	44.774.724,81	42.575.173,58	36.636.288,84	25.219.591,67
Total	124.272.172,05	157.588.771,56	132.980.282,81	124.518.800,82
Total geral	539.360.027,24			

PROGRAMAS SOCIAIS

A Companhia, dentre suas diretrizes, tem o compromisso com a sustentabilidade socioambiental e com o desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, desenvolve projetos voltados para a preservação do meio ambiente, visando à melhoria da qualidade de vida da população com os serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário.

Através do projeto de educação ambiental "SANEAMENTO E CIDADANIA", promovemos 103 visitas, alcançando um público de 3.027 pessoas, com o objetivo de implementar ações educativas junto à comunidade escolar na esfera pública e privada, bem como o público em geral, visando o seu envolvimento, conscientização e valorização quanto ao uso racional da água e a preservação dos recursos hídricos. Também realizamos visitas domiciliares nos municípios de Santarém (Alter do Chão), com 1.721 residências visitadas e adesão de 665; Castanhal: residências visitadas 3.521, SMS 1.188; Monte Alegre: residências visitadas 1.588, adesão 816, SMS 667 e Santarém: residências visitadas 4.551 adesão 573, SMS 1.984. Esse trabalho visa prestar informações e conscientizar a população beneficiada com as obras e serviços em execução quanto à importância da utilização da água e do tratamento do esgoto sanitário.

Por meio do Projeto de Trabalho Técnico Social - PTS, desenvolvemos 1.074 atividades, com a participação de 39.269 pessoas nos municípios de Ananindeua, Alenquer, Alter do Chão, Belém, Breves, Castanhal, Monte Alegre e Santarém, com o objetivo de desenvolver ações sócio-educativas e ambientais com o intuito de despertar na população a valorização dos recursos hídricos.

OUIDORIA

A Ouvidoria tem como atribuição representar os interesses dos clientes perante a empresa, ouvindo o mercado e os colaboradores internos. Sua missão é contribuir para a melhoria contínua dos produtos e serviços da companhia. De acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 13.460/2017, a Ouvidoria deve, em respeito aos princípios da transparência, publicidade e em observância aos direitos do consumidor, publicar no site da COSANPA, a Carta de Serviços ao Usuário, o que, até o final do exercício anterior não havia sido realizado.

Ainda segundo Lei Federal nº 13.460/2017, em seu art. 15º, a Ouvidoria dentro de suas competências deverá informar: o número de manifestações recebidas no ano anterior; os motivos das manifestações; a análise dos pontos recorrentes; e as providências adotadas pela administração pública nas soluções apresentadas.

No que concerne ao número de manifestações recebidas, apontamos que as reclamações constituem a maior demanda, com 1.115 manifestações, sendo responsável por 94,97% das manifestações protocoladas até 31 de dezembro/2022. Já as Denúncias somam 48 manifestações, apresentando apenas 4,09% das demandas. Em relação aos motivos das manifestações, informamos que as reclamações sobre o consumo informado nas faturas ainda lidera o ranking, sendo objeto de 342 manifestações, seguido da falta de água, registrando 226 atendimentos.

TIPO DE SERVIÇO	QUANTIDADE
CONSUMO	342
CORTE	57
ESGOTO	11
FALTA DE ÁGUA	226
FATURA	33
HIDROMETRO	100
LIGACAO NOVA	35
NEGOCIAÇÃO	18
OUTROS	262
RELIGACAO	29
VAZAMENTO	61
TOYAL	1174

Fonte: Sistema de Ouvidoria da Cosanpa



No 1º semestre de 2022, foram identificadas falhas (Nota Técnica - memorando Circular 006/Out/2022) e informadas às unidades responsáveis. Compete à Administração adotar as medidas necessárias para solucionar as falhas destacadas, o que compõe o planejamento de atuação da atual gestão da Companhia.

MERCADO

A Gestão de Mercado, mesmo diante do crítico cenário econômico/financeiro enfrentado pela população, manteve o foco em busca de estratégias para a captação e implementação de ações para a melhoria da prestação dos serviços, bem como o aumento do faturamento/arrecadação. Nesse foco, desenvolvemos as seguintes ações:

COSANPA na Palma Da Mão (atendimento virtual via tecnologia ChatBot - robô)

A COSANPA foi inserida no seletor de empresas que utilizam a tecnologia ChatBot (assistente virtual robô) para a promoção do atendimento não presencial. Essa implantação permitiu o acesso de qualquer cliente a 12 (doze) funcionalidades, entre elas a segunda via de conta, negociação de débito, informação sobre falta de água, entre outras, sendo 3 (três) com interação unicamente com o robô, através de números e palavras-chave, conforme comando do menu, sem a necessidade de atendimento humano. A tecnologia está disponível na plataforma de rede social mais utilizada no Brasil, segundo dados da Infolink Telekom e Escola de E-Commerce, o WhatsApp.

Pagamento de contas com cartão de crédito via Whatsapp

Em maio/2022, nos tornamos a primeira empresa de saneamento do Brasil a implantar o pagamento de contas com cartão de crédito via WhatsApp. A funcionalidade está disponível na Assistente Virtual da COSANPA, e pode ser acessada via link. A medida teve a finalidade de facilitar o acesso do cliente para efetivar o pagamento e, também, melhorar a adimplência e a arrecadação da Companhia.

Abertura de nova loja de atendimento ao público na capital

Com a finalidade de universalizar a cobertura de atendimento ao público, instalamos uma nova loja de atendimento ao público no bairro da Pedreira, situada na sede da UNNORTE, na Trav. Angustura, esquina com Av. Marquês de Herval, com capacidade para atender até 105 clientes/dia.

Cadastro de novos clientes

Com foco na expansão de novos clientes, cadastramos 3.500 novos clientes, os quais já estão no ciclo de faturamento mensal da empresa, pertencentes aos conjuntos habitacionais Pinheirinho, Tenoné I e II e Maracacuera I e II, na área da Unidade de Negócios Augusto Montenegro - UNAM, Anita Gerosa na área da Unidade de Negócios BR 316 - UNBR, além da região do Vale do Sal, em Salinópolis, área da Unidade de Negócios Nordeste - UNINE.

Reajuste tarifário

Para garantir aos usuários o direito de acesso ao abastecimento de água e esgotamento sanitário de forma isonômica, com continuidade, por meio de uma tarifa módica, e também a fim garantir a sustentabilidade dos serviços prestados pela COSANPA, implantamos após a aprovação/autorização da Agência Reguladora Municipal de Belém - ARBEL, o reposicionamento da tarifa, em parcelas semestrais, distribuídas de forma decrescente, na seguinte ordem: primeira parcela de 20,66%, em 28/05/2022, e a segunda parcela de 10,00%, em 28/11/2022.

TIPO DE MANIFESTAÇÃO	QUANTIDADE
DENUNCIA	48
ELOGIO	4
RECLAMACAO	1115
SUGESTAO	7
TOTAL	1174

Fonte: Sistema de Ouvidoria da Cosanpa





A COSANPA encerrou o exercício de 2022 com um total de 638.529 economias ativas de água (acréscimo de 11,08% em relação a 2021), nos 52 municípios em que opera, dos quais 416.348 (65,20%) estão localizados na Região Metropolitana de Belém – RMB. No ano de 2022, foram incluídas 59.518 economias no Faturamento (novas/inativas), em comparação com o total do ano anterior, em função de ações de cobrança e atualização do cadastro de clientes, mas, principalmente, em decorrência da implantação do Programa ÁGUA PARÁ, pelo Governo do Estado, beneficiando grande parte da população atendida pela COSANPA, que possui consumo de 10 e 20 m³/MÊS, ou seja, o Governo passou a subsidiar esses clientes.

ECONOMIAS ATIVAS DE ÁGUA			
	2021	2022	Variação (%)
Residencial	538.988	598.699	11,08
Comercial	28.181	27.988	- 0,68
Industrial	762	736	- 3,41
Público	11.080	11.106	0,23
Total	579.011	638.529	10,28

Em 2022, tanto o faturamento quanto a arrecadação tiveram acréscimo real em relação ao exercício anterior (43%, 14% e 69,82% respectivamente), por conta dos reajustes tarifários no período, da atualização do Cadastro de Clientes e, em especial, conforme acima citado, do programa de subsídio “ÁGUA PARÁ”, do Governo do Estado do Pará.

Destaca-se o acréscimo de 18,89% no faturamento do serviço de esgotamento sanitário, decorrente da cobrança efetiva que passou a ser efetuada das unidades consumidoras onde já havia disponibilidade de rede coletora. A variação positiva da arrecadação é reflexo direto do aumento do faturamento e da intensificação da cobrança, tanto na Região Metropolitana de Belém - RMB, quanto nos municípios do Interior do Estado.

FATURAMENTO ANUAL			
	2021 (R\$ milhões)	2022 (R\$ milhões)	Variação (%)
Abastecimento de Água	343,39	515,31	50,06
Esgotamento Sanitário	47,11	56,01	18,89
Outros Serviços	29,87	30,41	1,81
Total	420,37	601,73	43,14

EVOLUÇÃO ANUAL: FATURAMENTO X ARRECADAÇÃO			
	2021 (R\$ milhões)	2022 (R\$ milhões)	Variação (%)
Faturamento	420,37	601,73	43,14
Arrecadação	282,22	479,27	69,82

OPERAÇÕES

A Companhia, por meio da Diretoria de operações, tem como objetivo principal garantir a prestação de serviços de saneamento básico de qualidade para a população do Estado do Pará. Para isso, sua competência consiste em coordenar as atividades de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, além de gerir os recursos necessários para a manutenção e expansão da infraestrutura de saneamento da empresa. Também deve garantir o cumprimento das normas e regulamentações vigentes, visando à segurança e à saúde pública, bem como a preservação do meio ambiente.

Dentre as ações de relevância desenvolvidas nos serviços de Abastecimento e Tratamento de Água e Coleta e Tratamento de Esgoto podemos destacar: redução de tempo na solução de vazamentos; melhoria da qualidade da água e tratamento de esgoto; redução das intercorrências de falta de água.

No atendimento aos serviços de Abastecimento de Água à população dos 52 municípios e 9 (nove) vilas do Estado do Pará, a COSANPA operou e manteve aproximadamente 900 unidades operacionais, entre estas: Captações Superficiais, Captações Subterrâneas, Estações de Tratamento de Água, Adutoras de Água Bruta e Tratada, Reservatórios Apoiados e Elevados, Sub Estações elétricas, entre outras estruturas. Sendo norteados pelos parâmetros estabelecidos na Portaria de Consolidação nº 05 de 28 de Setembro de 2017 do Ministério da Saúde, onde foram realizadas aproximadamente 9.000 análises físico-químicas e bacteriológicas, visando o monitoramento da qualidade da água disponibilizada para consumo.

Sistema de abastecimento de água

Para melhor eficiência, foi necessária a priorização de alguns serviços, onde destacamos: assentamento e substituição de redes, correção de vazamentos, melhorias nos sistemas de abastecimento de água com déficits de produção, construção de poços tubulares profundos; melhorias nos laboratórios de análises de água, aquisição e revitalização de equipamentos; estas ações foram de suma importância para a otimização dos serviços, e tiveram como resultado a redução dos períodos de paralisação dos setores.

O monitoramento, macromedição e telemetria também foram foco da Diretoria em várias unidades operacionais da COSANPA, além de treinamentos e capacitações realizadas com as equipes técnicas das unidades da Companhia, que puderam inclusive visitar fábricas de produção de equipamentos, para garantir melhor capacitação aos empregados.

Destacamos as seguintes melhorias nos Sistemas de Abastecimento de Água: assentamento e substituição de aproximadamente 16.000 metros de rede de distribuição; construção de 05 poços tubulares profundos, e recuperação de poços que estavam desativados/baixa produção; reparos em adutoras e redes de distribuição de água para suprimir vazamentos da capital e do interior; recuperação de equipamentos eletromecânicos;

manutenção e revitalização de filtros, decantadores, removedores de lodo, entre outras estruturas dos sistemas de abastecimento de água na capital e interior.

Sistema de esgotamento sanitário

Para coletar e tratar o esgoto sanitário da população atendida na Região Metropolitana de Belém e alguns Municípios do Estado, além da rede coletora, ramais prediais e dos interceptores, a COSANPA opera as Estações de Tratamento de Esgoto – ETE’s. Dentre as ações realizadas no exercício, destacamos as ações de prevenção e reabilitação no Sistema de Esgotamento Sanitário, visando melhorar o desempenho operacional através da desobstrução de aproximadamente 25.000 metros de rede coletora de esgoto e 2.000 metros de ramais prediais de esgoto, bem como a recuperação de aproximadamente 300 metros de redes coletoras e 200 metros de ramais prediais de esgoto. Também foram realizadas limpezas em 600 poços de visitas e 300 caixas de inspeção nos sistemas.

GESTÃO DE PESSOAS E LOGÍSTICA

Em 2022, foram desenvolvidas ações para a manutenção e revitalização nos prédios da Companhia, como: reforma da loja de atendimento ao público de São Brás, sede da Unidade de Negócios Norte – UNINORTE, instalações da Unidade Executiva de Transporte, oficina de máquinas do Utinga, prédio da Diretoria de Mercado, ETA-SÃO BRÁS; construção da nova sala da Unidade Executiva de Segurança Patrimonial, implantação da loja de atendimento ao público do IT CENTER, reforma de banheiros e vestiários da Unidade de Serviço de manutenção e demolição do barracão de veículos da Unidade de Transportes.

Em relação à qualificação e capacitação dos empregados, foram promovidas a participação em cursos e pós-graduação aos colaboradores, totalizando 361 empregados beneficiados, com carga horária de 268 hs, e investimento na ordem de R\$ 42.668,30. Percebe-se que a qualificação e capacitação devem ser priorizadas, com aporte de mais recursos e promoção de efetivo treinamento do quadro técnico da Cosanpa, o que está inserido no planejamento da nova gestão da Companhia.

Foram convocados 31 (trinta e um) candidatos aprovados no Concurso Público realizado em 2017, que tem validade até julho de 2023.

Em relação às ações de valorização dos empregados da COSANPA, foram desenvolvidas estratégias de atuação adequadas às constantes demandas apresentadas em diferentes situações. Trabalhamos na intervenção das questões sociais, relacionadas a situações como: problemas familiares, dependência de álcool e outras drogas, relacionamento interpessoal etc. Além disso, desenvolvemos palestras educativas, motivacionais, atividades de orientação sobre diversos temas e campanhas de prevenção de doenças, como a caminhada da saúde, que tem como objetivo alertar os empregados (as) para a importância da prevenção ao câncer de próstata e do câncer de mama, através da atividade física e demais ações de autocuidado.

Dentro das homenagens à Nossa Senhora de Nazaré, participamos no traslado para Ananindeua e na procissão do Círio de Nazaré, com a distribuição de copos de água “Águas do Bolonha” produzidos na fábrica de envasamento na ETA/Bolonha, com a participação de empregados voluntários da Companhia.

É necessária a busca da eficiência administrativa e a contenção de despesas, com otimização dos custos, de modo que as ações importantes para nossos Clientes, Empresa e Empregados não deixem de ser realizadas.

Nesse sentido, cumpre ressaltar que o Sistema Administrativo Eletrônico do Estado do Pará – PAE é o eixo principal da transformação digital do Estado do Pará. Na Companhia, em 2022, apenas 2% dos

processos tramitaram na forma eletrônica. Portanto, destacamos a necessidade de ampliação do Sistema, promovendo treinamento dos empregados para o uso dessa ferramenta tão importante na Companhia, o que está inserido no planejamento da nova gestão da Companhia.

Programa Água Pará

Destacamos a continuação do "Programa Água Pará", de transferência direta de renda instituído pelo Governo do Estado do Pará, através do Decreto nº 1.893, de 28.09.2021, regulamentado pela Lei Estadual nº 9317, de 22.09.2021, visando promover descontos nos valores das faturas de consumo de água/esgoto da categoria residencial para famílias de baixa renda, e, com objetivo de contribuir para a erradicação da pobreza e melhoria das condições de saúde da população mais vulnerável.

Os recursos financeiros do Programa, que foram estimados em torno R\$ 19.000.000,00/mensais, repassados à COSANPA, através da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda – SEASTER, representaram um instrumento de recuperação e modernização da Companhia, melhorando o seu equilíbrio econômico-financeiro, ajustando a Política Fiscal do Governo do Estado. Este programa visa beneficiar cerca de 1.312.000 pessoas.

RESULTADOS OBTIDOS NO EXERCÍCIO 2022

LIGAÇÕES RESIDÊNCIAS ATIVAS

Acréscimo de 46.506 ligações residências ativas, representando o percentual de 10,39%;

ECONOMIAS RESIDÊNCIAS ATIVAS

Acréscimo de 50.462 economias residências ativas, representando o percentual de 9,20%;

LIGAÇÕES TOTAIS ATIVAS

Acréscimo de 46.496 ligações totais ativas, representando o percentual de 9,89%;

ECONOMIAS TOTAIS ATIVAS

Acréscimo de 50.259 economias residências ativas, representando o percentual de 8,54%;

FATURAMENTO TOTAL (R\$)

Acréscimo do Valor Faturado em da ordem de 51,56%;

NUMERO DE DOCUMENTOS ARRECADADOS

Acréscimo de 95.060 faturas, representando 27,08%;

ARRECADADAÇÃO TOTAL (R\$)

Acréscimo do Valor Arrecadado da ordem de 77,20%;

SUBSÍDIO CONCEDIDO (R\$)

Acréscimo do Valor do Subsídio concedido da ordem de 224,17%;

FINANCEIRO - RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 2022, a Receita Operacional Líquida (R\$ 554.656.329,31) apresentou um acréscimo de 46,23% em relação a 2021 (R\$ 379.307.440,75), motivada pelo "Programa Água Pará" do Governo do Estado, na ordem de R\$ 216.133.561,06. O Custo dos Serviços (R\$ 409.808.261,45) apresentou um aumento de 11,11% em relação a 2021 (R\$ 368.843.909,89). O exercício de 2022 encerrou com um lucro bruto operacional na ordem R\$ 144,85 milhões, superior ao do exercício de 2021, que foi na ordem de R\$ 10,5 milhões.

O aumento verificado no custo foi gerado através do aumento de outros insumos aplicados na operação da empresa como: mão de obra, produtos químicos e reajuste.

O exercício de 2022 encerrou com um prejuízo de R\$ 285,64 milhões, antes da provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social, superior ao prejuízo do exercício de 2021, que foi de R\$ 125,65 milhões. O aumento do prejuízo de 2022 decorreu, principalmente, da correção monetária da dívida de Processos de débitos junto à PGFN e RFB na ordem de 148,89 milhões sobre tributos e acréscimo nas Provisões de causas cíveis apurados pela PJU/COSANPA, em 27,07 milhões.

A título de aumento de capital, o Governo do Estado aportou, no exercício de 2022, R\$ 116,29 milhões, valor este que tinha sido de R\$ 269,5 milhões, em 2021.

OBRIGAÇÕES A PAGAR

COMPROMISSOS A PAGAR	2022 (R\$ MILHÕES)	2021 (R\$ MILHÕES)
Fornecedores	102,0	82,5
Tributos	1.430,3	1.179,0
Tributos Negociados Curto Prazo	5,7	0,8
Tributos Negociados Longo Prazo	11,2	19,8
Contingências Cível/Trabalhista	57,8	34,8
Provisões Trabalhistas	37,9	34,7
Tributos Diferidos	70,2	72,9
Outras Contas a Pagar	8,7	8,6
Total	1.723,8	1.433,1

INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

INDICADORES	2022	2021
EBITDA (R\$ milhões)	(94,2)	(16,2)
Liquidez Corrente	0,14	0,15
Liquidez Geral	0,17	0,20
Endividamento Geral (%)	78,4	69

Belém (Pa), de março de 2023.

JOSÉ FERNANDO DE MENDONÇA
GOMES JUNIOR
Presidente

HÉLIO BRAZÃO E SILVA
Diretor de Expansão e
Tecnologia

Diretoria:
ANADÉLIA DIVINA SANTOS
Diretora de Gestão de Pessoas e
Logística

CLEIDE SOUSA FERREIRA
Diretora de Operações

MAURICIO OTÁVIO DE ALMEIDA
Diretor de Mercado

VITOR AUGUSTO DA SILVA
BORGES
Diretor Financeiro

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro: (Valores em Reais)

ATIVO		2022	2021
CIRCULANTE	Notas Explicativas	221.157.350,27	193.473.436,56
Caixa e Equivalente de Caixa		33.396.267,22	21.248.372,24
Depósitos Bancários Livres		23.098.938,99	6.337.272,00
Depósitos Bancários Vinculados		10.297.328,23	14.911.100,34
Contas a Receber de Clientes	4	172.559.152,30	158.064.968,43
Outras Contas a Receber		3.134.821,30	4.796.352,96
Adiantamento a Funcionários		3.467.320,08	2.103.641,45
Despesas do Exercício Seguinte		751.358,55	732.705,91
Impostos e Contribuições a recuperar		5.211.895,80	4.344.621,85
Almoxarifado		2.636.535,02	2.182.773,72
NÃO CIRCULANTE		1.977.734.267,59	1.881.041.343,30
Realizável a Longo Prazo		84.664.668,67	88.998.566,91



Impostos/Contribuições s/ Prej. Fiscal a Recuperar	5	70.248.389,06	72.971.028,51
Depósitos Judiciais	9	6.082.213,22	4.661.998,54
Contas a Receber de Clientes	4	8.334.066,39	11.365.539,86
Intangível Líquido	6a	850.039.124,91	891.078.553,45
Imobilizado Técnico Líquido	6b	8.410.866,16	8.079.343,21
Obras em Andamento	6b	1.034.619.607,85	892.884.879,73
TOTAL DO ATIVO		2.198.891.617,86	2.074.514.779,96
PASSIVO			
		2022	2021
CIRCULANTE	Notas Explicativas	1.584.845.522,63	1.305.634.374,87
Fornecedores		102.080.479,35	82.527.120,91
Renegociação de Dívidas	7	5.746.398,50	792.833,67
Impostos e Contribuições	7	1.430.372.579,29	1.179.003.533,46
Contingência a Pagar	8	19.107.806,60	18.037.514,59
Outras Contas a Pagar		8.734.306,69	8.572.485,24
Provisões Trabalhistas	10	18.803.952,20	16.700.887,00
NÃO CIRCULANTE		139.372.798,65	127.579.891,88
Impostos e Contribuições	7	11.269.240,30	19.849.415,60
Provisões para Contingências	9	57.855.169,25	34.759.447,73
Tributo Diferido	5	70.248.389,10	72.971.028,55
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		474.673.296,58	641.300.513,21
Capital Social	11a	3.877.088.223,27	2.300.000.000,00
Créditos para Aumento de Capital	11b	96.288.806,34	1.557.088.223,27
Reserva de Reavaliação	11c	136.364.520,22	141.649.643,81
Prejuízos Acumulados		-3.635.068.253,25	-3.357.437.353,87
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.198.891.617,86	2.074.514.779,96

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JOSÉ FERNANDO DE MENDONÇA GOMES JUNIOR
Presidente

MAURICIO OTÁVIO DE ALMEIDA
Diretoria de Mercado

VITOR AUGUSTO DA SILVA BORGES
Diretoria Financeira

CLEIDE SOUSA FERREIRA
Diretoria de Operações

ANADÉLIA DIVINA SANTOS
Diretoria de Gestão de Pessoas e Logística

HÉLIO BRAZÃO E SILVA
Diretoria de Expansão e Tecnologia

ALESSANDRA ROCHA DE MIRANDA
Contador - CRC-PA-011073/O-1

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de Dezembro: (Valores em Reais)

	Notas Explicativas	2022	2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	554.656.329,31	379.307.440,75
Custo dos Serviços	13	(409.808.261,45)	(368.843.909,89)
LUCRO BRUTO		144.848.067,86	10.463.530,86
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS			
Despesas Comerciais		(171.640.622,36)	(175.813.120,83)
Pessoal		(7.976.833,91)	(7.313.875,34)
Serviços de Terceiros		(34.394.034,13)	(30.902.927,87)
Depreciação, Provisões e Amortização		(129.047.381,28)	(137.372.074,53)
Outras		(222.373,04)	(224.243,09)
Despesas Gerais e Administrativas		(117.049.671,44)	(84.763.948,27)



Pessoal		(66.856.338,41)	(61.276.466,57)
Serviços de Terceiros		(17.695.194,26)	(14.340.801,99)
Depreciação, Provisões e Amortização		(27.841.962,37)	(2.370.970,76)
Tributárias		(74.832,86)	(160.968,68)
Outras		(4.581.343,54)	(6.614.740,27)
Despesas/Receitas Financeiras		(144.167.909,86)	(65.229.767,22)
Juros e Encargos Financeiros		(148.886.158,06)	(72.489.592,82)
Variações Monetárias e Cambiais			-
Receitas Financeiras		4.718.248,20	7.259.825,60
Outras Despesas/Receitas Operacionais		2.371.473,38	189.689.648,69
Ressarcimento e indenizações		-	191.813.425,02
Reversão de Provisão Constituída		3.226.607,48	-
Outras Receitas		1.868.377,13	812.298,05
Outras Despesas		(2.723.511,23)	(2.936.074,38)
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA TRIBUTAÇÃO		(285.638.662,42)	(125.653.656,77)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(285.638.662,42)	(125.653.656,77)
Prejuízo por lote de 1.000 ações			(54,63)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de Dezembro: (Valores em Reais)

	2022	2021
Prejuízo do exercício	(285.638.662,42)	(125.653.656,77)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total do Exercício	(285.638.662,42)	(125.653.656,77)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro: (Valores em Reais)

	Capital Social	Crédito para Aumento de Capital	Reserva de Reavaliação	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2020	2.300.000.000,00	1.287.635.508,33	147.344.629,61	(3.240.412.463,42)	494.567.674,52
Realização Reserva de Reavaliação	-	-	(5.694.985,80)	5.694.985,80	-
Reversão da Provisão de Tributos sobre Reserva de Reavaliação	-	-	-	2.933.780,52	2.933.780,52
Crédito para Aumento de Capital	-	269.452.714,94	-	-	269.452.714,94
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	(125.653.656,77)	(125.653.656,77)
Saldo em 31/12/2021	2.300.000.000,00	1.557.088.223,27	141.649.643,81	(3.357.437.353,87)	641.300.513,21
Realização Reserva de Reavaliação	-	-	(5.285.123,59)	5.285.123,59	-
Reversão da Provisão de Tributos sobre Reserva de Reavaliação	-	-	-	2.722.639,45	2.722.639,45
Crédito para Aumento de Capital	-	116.288.806,34	-	-	116.288.806,34
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	(285.638.662,42)	(285.638.662,42)
Integralização do Capital Social	1.577.088.223,27	(1.577.088.223,27)	-	(285.638.662,42)	(285.638.662,42)
Saldo em 31/12/2022	3.877.088.223,27	96.288.806,34	136.364.520,22	(3.635.068.253,25)	474.673.296,58

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – METODO INDIRECTO
Exercícios findos em 31 de Dezembro: (Valores em Reais)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS Notas Explicativas	2022	2021
Prejuízo Líquido do Exercício	(285.638.662,42)	(125.653.656,77)
Reversão de Depósitos Judiciais	-	-
Reversão de provisão Contingência Trabalhistas e Cíveis	(2.088.805,15)	(3.513.364,38)
Provisão/Reversão de IR e CSLL Diferido s/ Prejuízo Fiscal	2.722.639,45	2.933.780,55
Provisão para Contingências Trabalhistas/ Cíveis	(2.103.065,20)	(2.974.791,88)
Provisão para Devedores Duvidosos	129.045.193,89	125.860.137,50
Reversão Provisão de Férias	(1.137.802,33)	(45.475,92)
Depreciação	43.549.132,80	39.192.720,63
Provisão Cível	27.066.092,74	-
Extinção de crédito Tributário na PGFN	(24.569,96)	(188.254.584,72)
Custos das Baixas do Ativo Permanente	871,78	2.296,62
Transferência do Longo para o Curto Prazo	(8.580.175,30)	(2.181.800,18)
Variações Monetárias s/ impostos	178.291.096,32	67.734.462,89
<u>Variações nas Contas do Ativo</u>	<u>(230.058.321,00)</u>	<u>(1.092.527,97)</u>
Contas a Receber de Clientes	(227.596.271,46)	964.581,45
Impostos e Contribuições a Recuperar	(867.273,95)	(745.666,09)
Estoques	(453.761,30)	(1.039.912,67)
Outras Contas a Receber	279.200,39	145.902,47
Deposito Judicial	(1.420.214,68)	(417.433,13)
<u>Variações nas Contas do Passivo</u>	<u>199.609.240,22</u>	<u>(12.618.375,87)</u>
Fornecedores	19.553.358,44	34.956.665,93
Impostos e Contribuições a Recolher	171.767.138,24	(52.593.626,77)
Parcelamento de Tributos	4.953.564,83	(631.160,58)
Contingências Judiciais e Fiscais	1.070.292,01	1.781.426,57
Provisões Trabalhistas	2.103.065,20	2.974.791,88
Outras Contas a Pagar	161.821,45	893.527,10
Transferência do Longo Prazo para o Curto Prazo		
Disponibilidades Líquidas Geradas – Atividades Operacionais	50.652.865,84	(100.611.179,50)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
<u>Aplicação no Ativo Permanente</u>	<u>(144.496.448,96)</u>	<u>(176.207.585,20)</u>
Sistema de Abastecimento de Água	(123.141.306,01)	166.481,31
Sistema de Esgotamento Sanitário	(20.098.487,11)	(172.153.447,64)
Bens de Uso Geral	(1.256.655,85)	(4.220.618,87)
Disponibilidades Geradas – Atividades de Investimento	(144.496.448,97)	(176.207.585,20)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
<u>Financiamentos</u>	<u>116.288.806,24</u>	<u>269.452.714,94</u>
Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital	1.577.088.223,27	269.452.714,94
Ajustes Exercícios Anteriores	(1.460.799.417,03)	-
Disponibilidades Geradas – Atividades de Financiamentos	96.288.806,34	269.452.714,94
<u>VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES</u>	<u>12.147.894,88</u>	<u>(7.366.049,76)</u>
No Início do Exercício	21.248.372,34	28.614.422,10
No Final do Exercício	33.396.267,22	21.248.372,34
AUMENTO/REDUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	12.147.894,88	(7.366.049,76)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA
Exercícios findos em 31 de Dezembro: (Valores em Reais)

DESCRIÇÃO	2022	2021
1 – RECEITA	483.219.611,68	470.135.885,08
1.1) Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	609.893.322,19	417.815.868,12
1.2) Provisão para Perda de Crédito e Liquidação Duvidosa	(129.045.193,89)	(137.369.631,73)
1.3) Outras Receitas/Despesas	2.371.473,38	189.689.648,69
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICM e IPI)	293.243.215,77	243.021.510,69



2.1) Matéria-prima Consumida	1.263.888,43	1.194.944,70
2.2) Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	2.055.105,69	1.060.494,25
2.3) Materiais, Energia, Serviço de Terceiros e Outros	114.596.282,61	108.605.449,16
2.4) Serviços de Terceiros e Despesas Gerais	175.327.939,04	132.160.622,58
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	189.976.395,91	227.114.374,39
4 – RETENÇÕES	47.305.147,30	42.442.656,28
4.1) Depreciação, Amortização e Exaustão	47.305.147,30	42.442.656,28
5 – VALOR ADICIONADO LÍQ. PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	142.671.248,61	184.671.718,11
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	4.718.248,20	7.259.825,60
6.1) Receitas Financeiras	4.718.248,20	7.259.825,60
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	147.389.496,81	191.931.543,71
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	147.389.496,81	191.931.543,71
8.1) Pessoal e Encargos	228.830.165,43	206.426.211,61
- Direta	140.176.464,44	144.792.080,18
- Encargos	46.200.751,79	31.185.267,16
- Benefícios	42.452.949,20	30.448.864,27
8.2) Impostos, Taxas e Contribuições	55.311.835,74	38.669.396,05
- Federal	55.237.002,88	38.508.427,37
- Municipal	74.832,86	160.968,68
8.3) Juros e Variações Monetárias	148.886.158,06	72.489.592,82
8.4) Prejuízo Retido	(285.638.662,42)	(125.653.656,77)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Valores em Reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL.

A Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA é uma Sociedade por Ações de Economia Mista criada pelo Governo do Estado do Pará nos termos da Lei Estadual nº. 4.336 de 21 de dezembro de 1970, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 4.416, de 24 de outubro de 1972 e Lei Estadual nº. 7.060, de 23 de novembro de 2007.

A companhia tem por objetivo social a prestação do serviço público de abastecimento de água potável, constituído pelas atividades, infraestrutura e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição e a prestação de serviço público de esgotamento sanitário, constituído pelas atividades, infraestrutura e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações até o seu lançamento final no corpo receptor.

Com o advento da Lei nº 11.445/2007, foi estabelecido o marco regulatório do saneamento no país, devendo todas as instâncias envolvidas em tais atividades se adequarem à nova Lei. O estado do Pará aprovou junto à Assembleia Legislativa a Lei nº 6.099 de 30 de novembro de 1997, refere-se aos serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários criando-se ainda a agência reguladora ARCON.

A Companhia de Saneamento do Pará opera em 52 municípios e está em processo de regularização das concessões, segundo a Lei Nacional de Diretrizes de Saneamento Básico, Lei 11.445/2007.

A Lei nº 14.026, de 15 de Julho de 2020, atualizou o marco legal do saneamento básico e alterou a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para instituir normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar de prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação a unidades regionais, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados.

De acordo como o Decreto nº 10.710 de 31 de maio de 2021, que regulamenta o art. 10-B da Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007, que

estabelece a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário, considerados os contratos regulares em vigor, com vistas a viabilizar o cumprimento das metas de universalização. Os indicadores econômico-financeiros da COSANPA foram incipientes e não obteve os referenciais mínimos para atender a primeira Etapa referente aos requisitos para a comprovação da Capacidade Econômico-financeira. Assim sendo, existem

contratos de Concessões vigentes, porém não regulamentados.

Os contratos de programas celebrados até dezembro de 2020 foram com os municípios de:

- Alenquer, Ananindeua, Belém, Breves, Castanhal, Marituba, Monte Alegre e Santarém. Total de 08 municípios.

Foram celebrados convênios de Cooperação com os seguintes municípios:

- Abaetetuba, Anajás, Bragança, Breu Branco, Cachoeira do Arari, Capanema, Conceição do Araguaia, Dom Eliseu, Faro, Igarapé Miri, Itaituba, Magalhães Barata, Marabá, Marapanim, Mocajuba, Moju, Nova Timboteua, Óbidos, Ourém, Oriximiná, Ponta de Pedras, Portel, Prainha, Salinópolis, Salvaterra, São Félix do Xingu, Santa Luzia do Pará, Santa Maria das Barreiras, Santa Maria do Pará, Soure, Terra Santa, Tracuateua, Vigia e Viseu. Total de 34 municípios.

Municípios com Concessões vencidas:

- Afuá, Augusto Corrêa, Capitão Poço, Jacundá, Limoeiro do Ajuru, Oeiras do Pará, Peixe Boi, São Caetano de Odivelas, São Francisco do Pará, Tailândia e Inhangapi, onde a concessão era anterior a Lei do Saneamento e a Constituição Federal de 1988, vencida em fevereiro de 2022. Total de 11 municípios.

A partir da assinatura de Contrato de Programa com o município de Belém, em novembro de 2015, a COSANPA passou a atuar no cenário de regulação, através da agência reguladora municipal, a AMAE Belém e em 13 de maio de 2020, a Lei Ordinária Nº 9.576/2020 transformou a Agência AMAE/BELÉM em ARBEL. O município de Santarém assinou em 2016 o convênio de cooperação com a agência reguladora ARCON, portanto já está oficialmente sendo regulado. Os demais municípios com Contratos de Programa assinados delegaram a regulação para o Estado, ainda é necessário que os municípios celebrem um convênio com a ARCON, para iniciar o processo de regulação.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas pela Legislação Societária Brasileira,

além dos pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e das Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, em vigor até a data da elaboração das demonstrações contábeis.

A empresa não realizou o teste de recuperabilidade (Impairment) dos seus ativos (IAS 36), considerando que avaliações preliminares e comparativas com empresas do mesmo ramo de atividade, bem como a reavaliação parcial dos ativos efetuadas no exercício de 2003 indicam que os mesmos se encontram subavaliados, que demandaria um novo processo de avaliação de ativos e neste caso, a Companhia não vislumbrou oportunidades que justificassem o investimento, e optou pela não realização dessa avaliação dos ativos bem como pela manutenção das atuais taxas de depreciação por considerá-las adequadas.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são as seguintes:

a) Contas a Receber de Clientes

Incluem os serviços faturados decorrentes do abastecimento de água e coleta de esgoto, ainda não recebidos e ou renegociados, com base no consumo medido ou estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, ajustadas por provisão constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas decorrentes de não realização.

b) Provisão para Perdas na Realização de Crédito

Foram constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes.

c) Depósitos Judiciais

São registrados pelo valor original do depósito.

d) Almoxarifado

O estoque de materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas é registrado ao custo médio de aquisição. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.

e) Intangível

A Companhia, em atendimento a Lei nº 11.638/07, Interpretação Técnica ICPC 01 e nº Lei 11.445/07, apropriou no intangível os bens patrimoniais vinculados a operação. Serviços públicos comuns aos municípios de regiões metropolitanas, como saneamento básico e transporte, devem ser geridos por um conselho integrado pelo estado e pelos municípios envolvidos. "A região metropolitana deve, como ente colegiado, planejar, executar e funcionar como poder concedente dos serviços de saneamento básico, inclusive por meio de agência reguladora se for o caso, de sorte a atender ao interesse comum e à autonomia municipal". Foram mantidas as mesmas taxas de depreciação para as amortizações.

f) Imobilizado

Está registrado pelo custo de aquisição ou construção, incluindo reavaliação parcial dos bens procedida em anos anteriores. As depreciações são calculadas pelo método linear, a taxas variáveis de acordo com a vida útil estimada dos bens. O imobilizado ainda não foi submetido ao teste de recuperabilidade conforme nota explicativa nº 2.

g) Obras em Andamento

Os investimentos em obras são registrados ao custo da aquisição.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social

Quando apurados, são registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes, sendo para o IRPJ 15% mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação, e para a Contribuição Social 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferido, apurados sobre a reserva de reavaliação parcial dos bens, procedidas em anos anteriores, foram calculados com base nas alíquotas vigentes desses impostos e registrados no passivo não circulante.

i) Passivo Circulante e Passivo Não Circulante

Os registros são efetuados pelos valores reais ou estimados e, quando aplicável, atualizados pro-rata-die de conformidade com os indicadores e índices pactuados.

j) Reserva de Reavaliação

É realizada na proporção da depreciação apurada dos ativos reavaliados.

k) Despesas Capitalizáveis

Os gastos com pessoal envolvido na execução e supervisão das obras em andamento, bem como gastos e despesas indiretas são apropriados mensalmente às obras em curso.

l) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

m) Variações Monetárias e Cambiais

Os efeitos da inflação sobre as demonstrações contábeis são reconhecidos mediante atualizações monetárias e cambiais de direitos e obrigações sujeitas à indexação legal ou contratual, pelos respectivos índices.

NOTA 4 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES.

a) As perdas no recebimento de créditos são constituídas com base nos limites de dedutibilidade fiscal conforme legislação vigente. E a provisão para devedores duvidosos foi constituída com base na análise das contas a receber de clientes, especialmente sobre os valores vencidos, levando-se em consideração a expectativa de sua recuperação.

b) As contas a receber de usuários apresentam a seguinte situação em 31 de dezembro:

			2022	2021
FAIXA DE IDADE	PARTICULAR	PÚBLICA	TOTAL	TOTAL
A Vencer	87.370.883,03	3.787.071,87	91.157.954,90	83.810.455,70
Vencidas até 90 dias	43.176.458,22	2.790.681,33	45.967.139,55	45.571.002,06
Vencidas de 91 a 180 dias	36.754.963,60	1.598.485,83	38.353.449,43	42.166.528,59
Vencidas a mais de 181 dias	835.835.122,33	23.482.724,03	859.317.846,36	772.230.374,44
Sub-total	1.003.137.427,18	31.658.963,06	1.034.796.390,24(*)	943.778.360,79
Perdas no Recebimento de Créditos	(835.835.122,33)	(23.482.724,03)	(859.317.846,36)	(772.230.374,44)
Arrecadação à Discriminar	13.605.904,80		13.605.904,80	497.742,21
Recebimento com Incorreção	(8.191.229,99)		(8.191.229,99)	(2.615.220,27)
Total	172.716.979,66	8.176.239,03	180.893.218,69	169.430.508,29
Longo Prazo	8.334.066,39		8.334.066,39	11.365.539,86
Curto Prazo	164.382.913,27	8.176.239,03	172.559.152,30	158.064.968,43

b.1) O Total de 2021 e 2022, refere-se ao Valor Bruto (*) e sem dedução da Conta "a Faturar", que representam valores em trânsito de um mês para outro, sendo para 2021 o valor de R\$ 21.452.621,36 e 2022 R\$ 34.216.860,91. Ressalta-se que além do valor total do contas a receber de 2022, de R\$ 943.638.435,34 existe do saldo em 31/12/2022 de R\$ 8.792.402,13 referente ao Contas a Receber - Água Pará.

b.2) Água Pará: De acordo com a Lei Estadual nº 9.317 de 22/09/2021 instituiu o Programa Estadual "Água Pará" que visa possibilitar o pagamento dos custos de obtenção de água potável para família de baixa renda. No art 4º desta Lei, estabelece que para execução do Programa Água Pará, o Governo do Estado do Pará responsabilizou-se pelo pagamento mensal do consumo de até 20 m3 (vinte metros cúbicos) de água, de acordo com a medição constante na fatura, o qual foi efetuado diretamente

pela COSANPA, conforme regulamento. Os Valores faturados pelo consumo de água potável para os cidadãos beneficiados pelo Programa Água Pará, alcançou montantes mensais, conforme abaixo discriminados:

Mês:	PROGRAMA ÁGUA PARÁ	
Janeiro	2022	R\$ 8.089.500,02
Fevereiro	2022	R\$ 8.833.556,00
Março	2022	R\$ 12.934.159,68
Abril	2022	R\$ 13.071.931,56
Mai	2022	R\$ 18.364.382,94
Junho	2022	R\$ 20.432.275,44
Julho	2022	R\$ 21.621.765,33
Agosto	2022	R\$ 22.483.615,12
Setembro	2022	R\$ 22.876.483,84
Outubro	2022	R\$ 23.326.651,62
Novembro	2022	R\$ 24.313.521,10
Dezembro	2022	R\$ 26.314.706,93
Total	2022	R\$ 222.662.549,58

c) A movimentação da provisão para perdas na realização dos créditos foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Saldo no Início do Exercício	(772.230.374,44)	(694.518.787,86)
Valores Registrados como Perda	(134.605.911,58)	(125.860.137,50)
Baixas Ocorridas	47.345.363,55	48.148.550,92
Saldo no Final do Exercício	(859.490.922,47)	(772.230.374,44)

NOTA 5 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

Considerando a existência de prejuízos fiscais compensáveis em 31 de dezembro de 2014, a Companhia constituiu provisão no valor de R\$ 94.416.544,26 em montante igual a provisão de IR/CSLL a pagar sobre a Reserva de Reavaliação a realizar existente, baseada na Deliberação CVM nº 599/09 (item 34 alínea "a" item 36). A administração da companhia tem expectativa de realização de prejuízos fiscais com base em resultados positivos futuros, considerando o programa de recuperação/recomposição tarifária que será implementado nos próximos exercícios. O valor da realização do imposto de renda e contribuição social diferido no exercício de 2022 foi de R\$ 2.722.639,45 ficando o saldo em 31/12/2022 de R\$ 70.248.389,06.

NOTA 6 – INTANGÍVEL E IMOBILIZADO.

a) Intangível

Em 31 de dezembro apresenta a seguinte composição:

Descrição por Conta	2022	2021
Sistema de Água	758.956.759,39	974.057.847,09
Sistema de Esgoto	218.142.914,72	218.142.914,72
Sistema de Água – Reavaliação	543.223.865,35	326.630.242,65
Sistema de Esgoto – Reavaliação	3.849.832,64	3.849.832,64
Sub-total	1.524.173.372,10	1.522.680.837,10
Amortização Acumulada – Sistema de Água	(523.517.560,00)	(496.830.382,60)
Amortização Acumulada – Sistema de Esgoto	(25.938.444,50)	(18.100.739,30)
Amortização Acumulada – Reavaliação	(124.678.242,69)	(116.671.161,75)
Total	850.039.124,91	891.078.553,45

Descrição				2022	2021		
Por Natureza	Taxa	Custo	Reavaliação	Amortização Custo	Amortização Reavaliação	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos	0,0	47.964.387,04	58.179.120,54	2.051,65	0,00	106.141.455,93	106.141.455,93
Poços	5%	21.970.629,89	1.735.562,91	10.863.713,32	1.731.622,26	11.110.857,22	11.549.334,51
Barragem	3%	0,00	4.534.917,51	0,00	3.284.663,14	1.250.254,37	1.424.947,49
Construção Civil	4%	475.402.386,76	96.232.221,48	155.115.491,42	91.250.647,86	325.268.468,96	342.642.954,53
Instalações	10%	48.857.166,76	876.676,57	48.792.114,91	871.039,36	70.689,06	2.264.372,38
Hidrômetros	10%	8.370.128,08	0,00	8.041.082,25	0,00	329.045,83	477.963,43
Ligações Prediais	5%	16.760.530,46	4.170.670,08	11.361.193,22	2.872.013,68	6.697.993,64	7.815.505,40
Tubulações	2%	382.019.700,77	264.825.981,96	159.201.520,08	105.306.892,00	382.337.270,65	398.486.557,54
Equipamentos	10%	74.096.416,50	17.928.179,72	59.470.767,18	15.764.718,74	16.789.110,30	20.228.503,93
Equip. Informática	20%	17.409,10	0,00	17.409,10	0,00	0,00	0,00
Máquinas/Tratores	25%	0,00	14.170,00	0,00	14.170,00	0,00	0,00
Veículos	20%	170.464,08	21.000,00	143.533,53	4.207,68	43.722,87	46.696,71
Ferramentas	20%	0,00	25.651,89	0,00	25.395,81	256,08	261,60
Total		1.075.629.219,44	448.544.152,66	453.088.876,66	221.125.370,53	850.039.124,91	891.078.553,45

b) Imobilizado

Em 31 de dezembro apresenta a seguinte composição:

Descrição				2022	2021		
Por Natureza	Taxa	Custo	Reavaliação	Depreciação Custo	Depreciação Reavaliação	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos	0,0	0,01	1.010.262,22	0,00	0,00	1.010.262,23	1.010.262,23
Poços	5%	247.432,48	0,00	247.432,48	0,00	0,00	0,00
Construção Civil	4%	4.293.451,48	11.584.781,35	4.158.414,37	10.321.261,83	1.398.556,63	1.415.804,71
Instalações	10%	348.319,16	181.756,35	348.319,16	181.756,35	0,00	0,00
Hidrômetros	10%	1.432,16	1.438,94	1.432,16	1.438,94	0,00	0,00
Tubulações	2%	6.678,69	90.760,65	6.678,69	89.388,92	1.371,73	1.486,33



Equipamentos	10%	8.014.709,70	669.218,47	6.744.384,36	666.002,08	1.273.541,73	1.414.425,89
Móveis Utensílios	10%	5.699.440,10	96.193,77	2.081.983,95	96.193,77	3.617.456,15	3.430.534,76
Equip Informática	20%	4.021.741,66	6.529,72	3.088.116,44	6.529,72	1.013.625,22	717.543,30
Máquinas/ tratores	25%	840.525,57	31.404,94	832.527,45	31.404,94	7.998,12	0,00
Veículos	20%	9.896.817,70	1.465.643,79	9.896.329,05	1.465.643,79	488,65	1.720,29
Ferramentas	20%	73.782,61	25.659,78	7.084,22	4.792,47	87.565,70	87.565,70
Total	***	33.444.331,32	15.163.649,98	27.332.702,33	12.864.412,81	8.410.866,16	8.079.343,21

NOTA 7 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Em 31 de dezembro apresenta a seguinte composição:

Descrição	2022	2021
Parcelamento – Ordinário	17.015.638,80	20.642.249,27
Parcelamento ICMS	-	9.954,45
Impostos e Contribuições a Recolher	1.430.372.579,29	1.179.003.533,46
Total	1.447.388.218,09	1.199.655.737,18
Curto Prazo	1.436.118.977,79	1.179.806.321,58
Longo Prazo	11.269.240,30	19.849.415,60

a) Em 2021, alguns processos de débitos na PGFN foram extintos por decisão administrativa, no montante total de R\$ 188.254.584,72, sendo o valor de R\$ 168.349.584,81 referente a Débitos não previdenciários e R\$ 19.904.999,91 a Débitos Previdenciários. Em 2022 os Débitos não previdenciários extintos foram de R\$ 24.569,96.

b) A Companhia possui parcelamento ordinário dos tributos celebrados entre a Companhia de Saneamento do Pará, SESI e SENAI. Os parcelamentos possuem a seguinte composição em 31 de dezembro:

Descrição	2022	2021
SESI	3.463.053,09	3.801.028,88
SENAI	3.076.684,61	4.485.912,66
Total	6.539.737,70	8.086.941,54
Curto Prazo	1.270.449,72	782.879,22
Longo Prazo	5.269.287,98	7.304.062,32

NOTA 8 – CONTINGÊNCIA TRABALHISTA A PAGAR

O valor da contingência se refere ao Acordo Coletivo de Trabalho da data base 2015/2016 que foi ajuizado o dissídio coletivo. O mesmo está dependendo de decisão do Tribunal Superior do Trabalho - TST. Por mudança de critério a Companhia aplicou o Índice INPC em Dezembro 2022 de 5,933714% para atualizar o valor provisionado.

Em 31 de dezembro apresenta a seguinte composição:

Descrição	2022	2021
Contingência a Pagar	19.107.806,60	18.037.514,59
Total	19.107.806,60	18.037.514,59
Curto Prazo	19.107.806,60	18.037.514,59
Longo Prazo	-	-

NOTA 9 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIA, QUESTÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS.

A Companhia é parte em diversos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios e as provisões foram constituídas com base nas informações apresentadas pela Assessoria Jurídica da Companhia, levando em consideração as probabilidades de perdas existentes em cada ação utilizando o critério de risco provável. A Companhia acredita que os montantes de provisões constituídas são suficientes para cobrir as perdas prováveis e paralelamente foram efetuados depósitos judiciais para diversos processos, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia.

As declarações de rendimentos, assim como os tributos e contribuições sociais, estão sujeitos à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos. Não se encontra lavrado contra a companhia nenhum auto de infração e nem indicação relacionada com os impostos federais que não estejam reconhecidos.

Em 31 de dezembro a posição dos depósitos judiciais e das provisões para ações cíveis e trabalhistas é seguinte:

Descrição	Depósitos Judiciais		Provisão Para Contingências	
	2022	2021	2022	2021
Trabalhista e Cível	2.124.775,26	1.484.584,88	(57.855.169,25)	(34.759.447,73)
Depósito Recursal	3.939.425,67	3.177.413,66	-	-
Total	6.064.200,93	4.661.998,54	(57.855.169,25)	(34.759.447,73)

a) As provisões trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por ex-empregados da Companhia reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas.

b) As provisões cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações em decorrências de ações por reclamações de danos causados a terceiros, desapropriações e pelo não pagamento a fornecedores.

c) Provisões cíveis Possíveis referentes a pedidos de indenizações em decorrências de ações por reclamações de danos causados a terceiros, desapropriações e pelo não pagamento a fornecedores são de R\$ 50.934.533,42 em 31/12/2022 e R\$ 51.572.835,12 em 31/12/2021.

NOTA 10 – PROVISÕES TRABALHISTAS.

Provisões trabalhistas constituídas referentes a férias e encargos sobre férias.

Descrição	2022	2021
Provisões de Férias	13.917.124,81	12.276.742,42
Provisões FGTS e INSS sobre Férias	4.888.769,08	4.424.557,40
Provisão de 13º salário	(1.941,69)	(412,82)
Total	18.803.952,20	16.700.887,00

NOTA 11 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

a) Capital Social.

No exercício de 2022 houve integralização de capital, conforme a Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, realizada cumulativamente em 29/04/2022. O capital social autorizado da companhia está composto de 3.900.000,00 ações, sendo 3.725.941.830,00 ordinárias e 174.058.170,00 preferenciais.

Ações Preferenciais não dão direito a votos, mas podem ser conversíveis em ações Ordinárias, com prioridade na percepção de dividendos mínimos de 6% a.a. e no reembolso de Capital, sem prêmio, no caso de liquidação da sociedade, e participam em igualdade de condições com as ações Ordinárias nas bonificações em novas ações da mesma classe, decorrentes da capitalização de lucros e reservas.

A composição acionária é a seguinte:

Acionistas	Número de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Governo do Estado do Pará	3.725.196,641,63	99,98	174.058.170	100	3.899.254.811,63	99,98
Demais Acionistas	745.188,37	0,02	-	-	745.188,37	0,02
Total	3.725.941.830	100	174.058.170	100	3.900.000.000	100

b) Créditos para Aumento de Capital

Os créditos para aumento de capital tiveram a seguinte movimentação:

Descrição	2022	2021
Saldo Inicial	1.557.088.223,27	1.287.635.508,33
Recursos Recebidos do Governo do Estado	116.288.806,34	269.452.714,94
Integralização de Capital	(1.577.088.223,27)	-
Saldo Final	96.288.806,34	1.557.088.223,27

c) Reserva de Reavaliação

Está sendo realizada anualmente mediante a depreciação apurada sobre os bens reavaliados. Em 2022 foi realizado o montante de R\$ 5.285.123,59 (R\$ 5.694.985,80 em 2021).

NOTA 12 – RECEITAS OPERACIONAIS

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

	2022	2021
RECEITA BRUTA	633.044.738,76	437.569.333,31
Receita de Serviço de Água	565.666.885,90	385.566.855,38
Receita de Serviço de Esgoto	60.822.365,95	47.001.319,56
Outros Serviços	6.565.488,91	5.001.158,37
Deduções da Receita Operacional	(78.388.409,45)	(58.261.892,56)
COFINS	(45.383.915,88)	(31.639.356,55)
PASEP	(9.853.087,00)	(6.869.070,83)
Cancelamentos/Devoluções	(21.137.706,73)	(12.959.575,06)
Descontos Concedidos	(2.013.699,84)	(6.793.890,12)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	554.656.329,31	379.307.440,75

NOTA 13 – CUSTO DOS SERVIÇOS

Os custos dos serviços apresentam a seguinte composição em 31 de dezembro:

Descrição	2022	2021
Pessoal	(153.996.993,11)	(137.835.869,70)
Material	(1.263.888,43)	(1.194.944,70)
Energia Elétrica	(114.596.282,61)	(108.605.449,16)
Serviço de Terceiros	(113.499.215,98)	(98.492.228,12)
Depreciações e Amortizações	(46.527.090,27)	(41.850.669,29)
Outros Custos	(377.307,52)	(216.046,81)
Crédito PIS/COFINS	20.452.516,48	19.351.297,89
Saldo Final	(409.808.261,45)	(368.843.909,89)

NOTA 14 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os métodos utilizados para cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros foram os seguintes:

a) Disponibilidades:

Os valores de depósitos bancários livres e vinculados, divulgados no balanço patrimonial da Companhia, estão com seus valores de mercado.

b) Contas a Receber e Contas a Pagar

Os valores divulgados no balanço patrimonial para as contas a receber e contas a pagar, aproximam-se dos seus valores de mercado, considerando as provisões constituídas e ausência de atualizações monetárias sobre as parcelas vencidas de contas a receber.

c) Empréstimo em Moeda Estrangeira

O valor do empréstimo em moeda estrangeira está atualizado pela variação cambial ocorrida até o encerramento do exercício e não incluem encargos futuros em seu saldo.

d) Outras Contas

Segundo nosso conhecimento e julgamento, nenhuma outra conta apresenta diferença relevante entre os valores registrados e seus valores prováveis de realização. Também não conhecemos nenhum fato relevante ou evento subsequente a esta data, que possa afetar significativamente os montantes registrados.

e) Risco de crédito

Grande parte da população do Estado do Pará é atendida pela Companhia. Considerando o ramo de atividade, não é efetuada nenhuma análise de crédito e em caso de inadimplência o serviço prestado é suspenso pelo critério de corte no fornecimento de água. O nível de perda na realização das contas a receber é considerado alto, entretanto a Companhia tem envidado esforços no sentido de redução da inadimplência através de diversas ações junto aos seus clientes.

NOTA 15 – SEGURO.

A companhia não possui apólice de seguro em vigência para os bens de sua propriedade.

NOTA 16 – Águas do Guamá:

O Contrato nº 038/2016 – celebrado entre COSANPA e Águas do Guamá Rede de Distribuição e Saneamento SPE LTDA, com objeto de Locação de Imóveis, precedida da Concessão do Direito Real de Uso das Áreas, para a implantação das obras e serviços compreendendo a substituição das redes de água em cimento amianto, implantação de redes de água com interligações necessárias, instalação de solução de micromedição de água (SMA) em pequenos consumidores, implantação e ampliação da macromedição e pitometria, incluindo a setorização das redes de distribuição de água, visando o aumento da capacidade de abastecimento da população e eficiência do sistema produtor das Unidades Norte e Sul, na região metropolitana de Belém.

Este contrato deveria ter sido registrado em 2016, porém os serviços foram autorizados e iniciados, sem nenhum registro contábil. Em 2021, o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração questionaram a ausência de registro contábil deste contrato e, após análise, a contabilidade da Cosanpa solicitou parecer jurídico para respaldar os registros a serem realizados no futuro, haja vista, que o registro Contábil, dependendo da Classificação contábil adotada, trará impactos tributários relevantes, assim como impactos na composição de tarifas (Agências Reguladoras). Desta forma, a Companhia contratou empresa especializada para elaborar um parecer jurídico, contábil e tributário com base legal para amparar como os registros contábeis que deverão ser aplicados para esse contrato, no montante de R\$ 249.373.000,00. No entanto, a execução dessa consultoria seria realizada em 2022, informamos ainda que tramitou na Cosanpa licitação para auditoria e levantamento e cálculos de todos os impactos fiscais e contábeis que ocorrerem e não foram lançados e sem o devido registro neste período de 2016 a 2021, e que portanto por decisão da Diretoria financeira e presidência se faz prudente o devido registro do contrato e seus eventos em balanço somente após a conclusão da auditoria acima citada.

A Presidência e Diretoria Financeira não registraram o contrato em 2022, por decisão administrativa.

Este Contrato apresenta diversas pendências e falhas na execução. A Procuradoria Jurídica da Cosanpa encaminhou Processos no exercício de 2022 à PGE-Procuradoria Geral do Estado (PAE nº 2022/201611, PAE nº 2022/1550126 e PAE nº 2022/976894) para análise e manifestação quanto as pendências e irregularidades que caracterizariam a desqualificação do conteúdo do Termo de recebimento provisório da Obra. Estes processos estão em análise pela PGE-Procuradoria Geral do Estado.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento ao que determina o Estatuto da Companhia de Saneamento do Estado do Pará – COSANPA e em conformidade com a legislação vigente, o Conselho Fiscal apresenta à insigne Assembleia

Geral, para apreciação e aprovação, parecer do Conselho Fiscal, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Após exame das Demonstrações Contábeis do Exercício de 2022 com informações relativa à situação econômica, financeira e patrimonial a nós encaminhado pela Diretoria da Companhia, constatamos que as situações descritas em Ata de Reunião deste Conselho Fiscal, realizada em 21 DE MARÇO DE 2023, merecem acompanhamento por parte da COSANPA.

Assim sendo, os membros do Conselho Fiscal, abaixo identificados, com base no Relatório contendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa DFC, Demonstração do Valor Adicionado – DVA, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício de 2022 e parecer dos Auditores Independentes, propõem a sua aprovação, com as recomendações indicadas na presente sessão.

Belém (PA), 21 DE MARÇO DE 2023.

RENE DE OLIVEIRA E SOUSA JUNIOR
Conselheiro Titular

CARLOS JEHÁ KAYATH
Conselheiro Titular

Presidente

RELATORIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas, Conselheiros, Diretores e demais Administradores da COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ – COSANPA
Estatual de Economia Mista – Sociedade Anônima de Capital

Fechado

Prezados Senhores,

I – INTRODUÇÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ – COSANPA (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

II – OPINIÃO COM RESSALVA

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ – COSANPA em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

III – BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA

2.1 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

A Companhia adota como critério para reconhecer as perdas de créditos os valores relativos às faturas vencidas há mais de 180 dias, tanto em relação às faturas de particulares (residencial, comercial e industrial) como de órgãos públicos. Essas “provisões” são registradas em conta redutora do grupo Créditos a Receber, no Ativo Circulante.

Nos testes realizados, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente de que os valores individuais que compõem o saldo provisionado se enquadram nas condições de dedutibilidade fiscal (conforme os artigos 9 e 10, da Lei nº 9.430/96). A Companhia adota como critério estimar perda para todos os valores vencidos há mais de 180 dias, sem distinguir, por exemplo, se se trata de pessoa jurídica controladora, coligada, controlada ou interligada. Assim, os possíveis efeitos das distorções não detectadas podem ser relevantes para o conjunto das Demonstrações Contábeis, já que o valor das perdas representa aproximadamente 88% dos créditos a receber e 39% da exposição ativa da Companhia (R\$ 853.903 mil, em 31/12/2022).

Destacamos, ainda, que não houve alusão ao impacto do valor faturado aos cidadãos beneficiados pelo Programa Água Pará sobre as premissas aplicadas na composição das perdas. No exercício sob análise, o valor recebido foi de R\$ 222.662 Mil, correspondente às unidades contempladas no programa. É provável que parcela significativa dessas unidades compunha o universo de devedores inadimplentes da Companhia.

2.2 Intempetividade das transferências de Obras em Andamento para Imobilizado em Operação.

Do total da exposição ativa da Companhia, parcela significativa está concentrado no grupo Obras em Andamento (R\$ 1.033.236 Mil, em 2021 o saldo era de R\$ 892.885 Mil). Nos exames efetuados, não foi possível constatar controles internos que nos permitam concluir pela inexistência de distorções relevantes entre os saldos contábeis

e os relatórios subsidiários mantidos pela Companhia. Os relatórios de controle de Obras em Andamento da Diretoria Técnica apontam uma série de obras que apresentam estágio de medição em 100% e classificadas como “concluídas”, conforme Relatório de Composição de Obras em Andamento em 31 de dezembro de 2022, todavia esses saldos não foram transpostos para os grupos correspondentes.

A falta de tempestividade na imobilização das obras já encerradas, acarreta o não reconhecimento de despesas de depreciação para tais ativos, ainda que esses ativos já estejam gerando benefícios econômicos ou potencial de serviços para a Companhia. Esse não reconhecimento, por conseguinte, impacta diretamente no resultado do exercício, majorando-o, já que não houve o lançamento das despesas de depreciação efetivamente incorridas no período.

Destaca-se, ainda, que “despesas de depreciação”, no caso da Companhia, integram os custos eficientes de operação e manutenção (OPEX), que compõem a Receita Requerida. Portanto, ao não reconhecer esses custos, compromete-se a sustentabilidade econômico-financeira da Companhia e não se criam bases confiáveis para possíveis revisões tarifárias de acordo com os requisitos previstos na Resolução ANA nº 79 de 14/06/2021 e Resolução AMAE nº 002 de 06/07/2017.

2.3 Provisões para Contingências

Conforme divulgado na nota explicativa 9 e 10, a Companhia é parte envolvida em diversos processos de natureza tributária, cível e trabalhista decorrentes do curso normal dos negócios. As estimativas de perdas são avaliadas periodicamente pela Administração, que levam em consideração a opinião dos assessores jurídicos que patrocinam as causas.

Nosso trabalho incluiu a análise se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com as regras aplicáveis, segundo o arcabouço normativo do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, notadamente a NBC TG 25 (R2) e CPC 25 e, se fornecem informações sobre a natureza, a exposição e os valores provisionados ou divulgados, relativos aos principais assuntos fiscais, cíveis e trabalhistas em que a Companhia está envolvida.

Assim, baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, obtivemos evidência apropriada de que os critérios e premissas adotados para a determinação da contabilização não estão consistentes com as normas que regem o assunto. Tal inconsistência se mostrou presente especificamente no que tange às causas cíveis com expectativa “possível”, com a contabilização desses valores no montante de R\$ 50.934 Mil, quando o tratamento contábil adequado para esses valores consistiria em tão somente divulgá-los em Notas Explicativas. Conforme controle auxiliar da assessoria jurídica, o valor das causas cíveis classificadas como “provável” perda é de R\$ 19.994 Mil (excluídas as ações de execução fiscal). Julgamos que a distorção encontrada é relevante, embora não generalizada para o conjunto das Demonstrações Contábeis.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

IV – ÊNFASES

3.1 Corção do Capital Social por Prejuízos Acumulados

O capital social de R\$ 3.877.088 mil (R\$ 2.300.000 mil em 2021) tem sido consumido sistematicamente por prejuízos recorrentes apurados ano após ano. No exercício sob análise o prejuízo apurado foi de R\$ 285.638 mil (R\$ 125.654 mil em 31/12/2021), de forma que o saldo de prejuízos acumulados da Companhia chega a R\$ 3.635.068 mil. Destaca-se que no exercício sob análise houve a integralização dos valores recebidos como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no total de R\$ 1.557.088 mil, que amenizou o cenário e evitou um Passivo à Descoberto.

No exercício de 2022 a política de repasses do Governo se perpetuou, e os impactos desse cenário deficitário foram mitigados em razão dos aportes de recursos realizados pelo acionista controlador, o Governo do Estado, no valor de R\$ 116.288 mil.

Essa política deve se perenizar durante os tantos exercícios futuros quantos sejam necessários para a absorção dos precitados prejuízos acumulados até a total restauração da integridade do Capital Social.

3.2 Capacidade econômico-financeira da Companhia com vistas a viabilizar o cumprimento das metas de universalização previstas na Lei nº 11.445/2007.

Conforme exposto na Nota Explicativa nº 1, os últimos dados



apresentados sobre o desempenho econômico-financeiro da Companhia indicam uma razoável suscetibilidade de uma possível, senão provável descontinuidade operacional. Tais riscos e incertezas quanto à sua capacidade de continuidade operacional estão diretamente relacionados aos indicadores econômico-financeiros estipulados como metodologia apropriada para avaliação da capacidade de alcance das metas de universalização previstas no caput do art. 11-B da Lei nº 11.445, de 2007. Enfatizamos, portanto, que em nenhum dos indicadores (margem líquida sem depreciação e amortização; grau de endividamento; retorno sobre patrimônio líquido; e suficiência de caixa) a Companhia obteria os índices referenciais mínimos estabelecidos na Lei. Dessa forma, não houve o cumprimento da primeira etapa do processo de comprovação de capacidade econômica, já que a Companhia não apresentou requerimento até a data prevista (31/12/2021), conforme Art. 10 do Decreto nº 10.710, de 31 de maio de 2021. Como consequência, é possível inferir que, conforme preconiza o Art. 20 do Decreto: *serão considerados irregulares os contratos de programa de prestação de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário caso o prestador não comprove sua capacidade econômico-financeira nos termos do disposto neste Decreto.*

3.3 Contratos de Concessões não Renovados

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 a Companhia presta serviços para 52 municípios do Estado do Pará, sendo que apenas 08 municípios estão com suas concessões regulares, 35 municípios funcionam com convênio de cooperação e 09 municípios não tem acordo de cooperação e os contratos de concessão estão vencidos. Em dezembro de 2019 foi celebrado o 1º Novo Negócio da Companhia em 20 anos, o Convênio de Cooperação com o município de Senador José Porfírio.

A administração da Companhia, mantém no Ativo Imobilizado Técnico Líquido o montante R\$ 8.079 mil, e no Intangível o valor de R\$ 850.039 mil, correspondentes aos ativos de estrutura, de uso geral ou administrativos da Companhia utilizados na prestação de serviços nesses municípios. Não nos foi possível determinar os impactos do processo de adaptação dos contratos de concessão à nova lei do Marco Regulatório, e seus efeitos sobre os ativos intangíveis e imobilizados da Companhia.

Em relação aos contratos de concessão que estão vencidos e que a Companhia continua prestando os serviços de fornecimento de água tratada e tratamento de esgotos, ensejando no reconhecimento de receitas e despesas. Adota-se, portanto, o princípio contábil da representação fidedigna e mantém-se a amortização do ativo intangível pela vida útil do bem, tendo em vista que apesar de não existir a formalização do contrato de concessão/programa a Companhia continua exercendo as suas atividades como se de fato existisse (não reconhecendo valores de contas a receber dos poderes concedentes em razão da venda dos ativos residuais que integram a estrutura de saneamento dessas municípios), ou seja, primazia da essência sobre a forma. Por tais motivos, é que não modificamos nossa opinião em razão do assunto. Não obstante, julga-se oportuno que a Companhia busque a formalização da sua atuação nesses municípios, o que só deve ocorrer após a efetiva aderência aos preceitos do Novo Marco Regulatório (Lei nº 14.026/2020), que, inclusive, estabelece a obrigação de licitação para todos os novos contratos.

3.4 Contrato Águas do Guamá

Conforme Nota Explicativa nº 16, enfatizamos a existência do Contrato nº 038/2016 – celebrado entre Companhia e Águas do Guamá Rede de Distribuição e Saneamento SPE LTDA, com objeto de locação de ativos, precedida da Concessão do Direito Real de Uso das Áreas para a implantação das obras e serviços visa ao aumento da capacidade de abastecimento da população e à eficiência do sistema produtor das Unidades Norte e Sul, na região metropolitana de Belém. Até o início do exercício de 2022, tal contrato, com valor inicial de R\$ 249.373 Mil, já registrava custos incorridos pelo consórcio Águas do Guamá na monta de 295.524 Mil.

Esse instrumento deveria ter sido registrado em 2016, porém os serviços foram autorizados e iniciados, sem nenhum registro contábil. Em 2021, o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração questionaram a ausência de registro contábil deste contrato e, após análise, a Gerência de Contabilidade solicitou parecer jurídico para respaldar os registros a serem realizados, haja vista, que o registro contábil, dependendo do tratamento dispensado, traria impactos tributários relevantes, assim como impactos na composição de tarifas (Agências Reguladoras).

No exercício de 2022 houve a contratação de consultoria jurídica e contábil para opinar em relação aos parâmetros a serem utilizados na contabilização do instrumento. Todavia, até o encerramento desse Relatório ainda não havia sido definido pela Diretoria Financeira como os registros contábeis seriam realizados, inclusive com efeitos retroativos.

A legislação tributária brasileira tem elevado grau de complexidade o que aumenta o risco inerente ao assunto. Assim sendo, a avaliação

da exposição, a mensuração, reconhecimento e divulgação dos valores relativos a esse Contrato requer significativo julgamento profissional e larga sustentação legal, o que pode resultar em mudanças substanciais na exposição patrimonial da Companhia.

Além dos fatos acima, após a expedição do Termo de Aceitação Provisório de Obras firmado em 27/10/2022, o Consórcio “Águas SPE” pleiteou (por meio das Faturas de Locação nº 001 e 002/336) o início do pagamento do Valor Mensal de Locação (VML) por parte da Companhia de R\$ 5.798 Mil cada fatura, alegando o início da Fase de Operação Assistida (etapa 2 do contrato). A cobrança foi inicialmente acatada, conforme Despacho do Gestor Geral do Núcleo Gestor de Redução de Perdas (NGRP) e contestada em momento seguinte (conforme Nota Técnica nº 03/2023 e Parecer nº 02/2023 do NDRP), onde firmou-se entendimento de que sucessivas intercorrências durante a execução do contrato nº 38/2016 resultaram em não cumprimento do objeto contrato na sua totalidade.

Destaca-se que no contrato tem tela, Águas SPE tem contraprestação garantida pelo penhor de recebíveis da Companhia. E que o consórcio já notificou extrajudicialmente a Companhia em razão do inadimplemento das faturas emitidas. Em face de todo exposto, julgamos que os fatos relacionados ao Contrato têm alta possibilidade de ensejarem superveniências passivas futuras em face da Companhia (336 parcelas de R\$ 5.798 Mil, atualizáveis anualmente), tendo em vista o não pagamento dessas parcelas, e a possibilidade que o Consórcio ajuíze o pleito, podendo, inclusive, afetar o montante das provisões para litígios judiciais da Companhia.

3.5 Possibilidade de prescrição de Ativo Fiscal em função do cenário deficitário.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5, a Companhia possui crédito de ativo fiscal diferido do imposto de renda e da contribuição social, calculados com base no saldo de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, no montante de R\$ 70.248 mil.

A realização dos saldos de créditos fiscais diferidos depende da apuração de lucros tributáveis nos exercícios subsequentes e/ou de eventuais compensações com novos programas de parcelamentos do governo federal caso venha conceder tal permissão. Porquanto, a própria NBC TG 32 – Tributos Sobre o Lucro classifica a existência de prejuízos fiscais não utilizados como uma “forte evidência de que futuros lucros tributáveis podem não estar disponíveis”, acreditamos que a atual conjuntura da Companhia vai ao encontro ao que sinaliza a Norma, pois tem apurado prejuízos acumulados, pelo menos, desde o exercício de 2015. Destaca-se, ainda, que não obtivemos evidências apropriadas de que o programa de recomposição/recuperação tarifária venha a se concretizar num horizonte aproximado, embora haja indícios robustos de que a Companhia conseguirá compensar parte desses valores nos parcelamentos de dívidas fazendárias.

Ainda assim, considerando que os resultados futuros podem não corresponder com às expectativas da administração da Companhia (que vem apresentando prejuízos sucessivos), os saldos dos ativos fiscais diferidos estarão sujeitos à ajustes contábeis, tendo em vista sua baixa expectativa de geração de benefícios econômicos no que tange ao alcance de resultados tributáveis no futuro. Tais ajustes, quando realizados, gerarão reflexo sobre os saldos das contas envolvidas do Ativo Não Circulante, Resultado do Exercício e Patrimônio Líquido, além de interferirem em bases de cálculo de apuração de tributos.

3.6 Seguro de eventuais sinistros

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, a Companhia não possui cobertura de apólice de seguro em vigência que garanta indenização em caso de eventual sinistro sobre seus bens patrimoniais: prédios, equipamentos, móveis e utensílios e instalações.

V – PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA's) são aqueles que, reputamos de maior relevância em função de sua materialidade financeira ou sua complexidade operacional, conforme o caso, a partir de nosso julgamento profissional, os quais foram considerados os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis tomadas em conjunto com as notas explicativas e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

5.1 Inexistência de uma Solução de ERP

A Companhia não possui sistema integrado de gestão, baseado numa plataforma de ERP (Enterprise Resource Planning) que viabilize a integração das informações contábeis, patrimoniais, financeiras, administrativas e de departamento de pessoal, visando obter informações fidedignas geradas por estes setores. Atualmente, a Companhia opera com três tecnologias de banco de dados: PostgreSQL no sistema comercial, Oracle no sistema de RH e ADABAS nos sistemas mais antigos.



Os fechamentos destes sistemas são realizados por importações de arquivos texto. Essas importações podem trazer consigo inconsistências que não vêm sendo identificadas ao longo dos exercícios, uma vez que as conciliações desenvolvidas pela companhia não contemplam a totalidade das operações realizadas, tendo em vista sua complexidade, volume e quantidade de dados. Para fins ilustrativos, destacamos a incoerência no saldo da Relatório Resumo de Documentos a Receber, do GSAN, no mês de dezembro/2022, apresentando saldo a receber negativo de Contas a Vencer – Residencial de (R\$ 249.260.950,58). Tal distorção só foi identificada por ocasião do encerramento das demonstrações contábeis e acabou exigindo julgamento profissional da Gerência de Contabilidade para realizar lançamentos de ajustes no saldo contábil.

• Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, entrevistas, controles de alçadas, gerenciamentos de senhas, tudo visando perfeito o entendimento sobre o modelo sistêmico entre os módulos da Companhia, com fito na avaliação da eficácia e eficiência das principais interfaces utilizadas, buscando implementar cruzamentos de informações geradas nos aludidos módulos e o efetivo registro contábil.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis.

VI – RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA CORPORATIVA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

VII – OUTROS ASSUNTOS – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório de Gestão equivalente ao Relatório de Administração no âmbito Societário.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório de Gestão e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Gestão e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Gestão, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

VIII – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ – COSANPA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

IX – AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas pelos mesmos auditores independentes, cujo relatório foi emitido em 14 de março de 2022, com modificação de opinião por ressalvas e complementado por ênfases.

X – RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou

erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejam e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança da Companhia a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belém/PA, 17 de março de 2023

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O“S“PA

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 “S“PA
Sócio Sênior – CNAI 1592

Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 “S“PA
CNAI 4747

Thomaz de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 021100/O-8 “S“PA
CNAI 4850